

# Requisitos para a Apresentação de Propostas de Cursos Novos (APCN)

---

## Medicina III

As orientações contidas neste documento se referem a propostas de mestrado acadêmico e doutorado e de mestrado profissional. O documento considera a legislação e regulamentação vigentes, que podem ser consultadas na página eletrônica da Capes, as quais orientam a submissão de propostas de cursos novos.

**Coordenadora da Área:** Lydia Masako Ferreira  
**Coordenadora Adjunta de Programas Acadêmicos:** Iracema de Mattos Paranhos Calderon  
**Coordenador Adjunto de Programas Profissionais:** Jorge Eduardo Fouto Matias

**2016**

## Sumário

ORIENTAÇÕES PARA PROPOSTAS DE CURSOS DE MESTRADO ACADÊMICO .....	4
1. PROPOSTA DO CURSO .....	4
2. CORPO DOCENTE.....	6
3. ATIVIDADE DE PESQUISA.....	7
4. PRODUÇÃO INTELECTUAL .....	8
5. INFRAESTRUTURA DE ENSINO E PESQUISA.....	8
6. OUTRAS RECOMENDAÇÕES .....	9
7. INSERÇÃO SOCIAL.....	10
ORIENTAÇÕES PARA PROPOSTAS DE CURSOS DE DOUTORADO .....	11
1. PROPOSTA DO CURSO .....	11
2. CORPO DOCENTE.....	12
3. ATIVIDADE DE PESQUISA.....	14
4. PRODUÇÃO INTELECTUAL .....	14
5. INFRAESTRUTURA DE ENSINO E PESQUISA.....	15
6. OUTRAS RECOMENDAÇÕES .....	16
7. INSERÇÃO SOCIAL.....	16
ORIENTAÇÕES PARA PROPOSTAS DE CURSOS DE MESTRADO PROFISSIONAL.....	18
1. PROPOSTA DO CURSO .....	18
2. CORPO DOCENTE.....	20
3. ATIVIDADES E PESQUISA .....	21
4. PRODUÇÃO INTELECTUAL .....	21
5. INFRAESTRUTURA DE ENSINO E PESQUISA.....	22
6. OUTRAS RECOMENDAÇÕES .....	23
7. INSERÇÃO SOCIAL.....	23

A Área Medicina III acolhe os Programas de todas as especialidades cirúrgicas. Atualmente, a Área avalia 48 Programas de Pós-Graduação (PPG), sendo 32 programas de Mestrado (M) e Doutorado (D) acadêmicos, quatro cursos apenas de Doutorado, um curso somente de Mestrado acadêmico e 11 cursos de Mestrado Profissional (MP). Comparativamente, em 2011 a Área avaliava 35 PPG e somente um MP.

Os 11 MP da Área estão assim distribuídos: dois no Rio de Janeiro (UNIRIO e USS), um em Minas Gerais (UNIVAS), três em São Paulo (todos da UNIFESP), um no Pará (UEPA), um no Amazonas (UFAM), um no Piauí (UFPI) e dois no Ceará (UNICHRISTUS e UECE).

Apesar da abertura de cursos de MP no Norte e Nordeste e de todo o esforço da Medicina III no sentido de diminuir a enorme assimetria existente em relação à distribuição dos programas da Área no país, ainda existe concentração na região Sudeste, mais especificamente no Estado de São Paulo.

No triênio anterior, o maior desafio da Medicina III foi avançar na consolidação dos novos cursos nas regiões Norte e Nordeste e abrir programas na região Centro-Oeste, onde não existe nenhum na área, com o objetivo de incrementar o número de mestres e doutores, com reflexo na qualidade da produção científica e tecnológica destas regiões. Nos últimos cinco anos foram criados todos os cursos de MP representando 23% (11/48) de cursos *stricto sensu* da Área.

Outro importante desafio da Área, que tem características voltadas à aplicabilidade e inovação, é oferecer maior número de cursos de MP. Até então, a Medicina III não teve nenhum curso de Mestrado Profissional avaliado que permitisse descrever a evolução dos mesmos.

A massa crítica de corpo docente tem sido representada em sua maioria por Docentes Permanentes (DP): a proporção de DP em relação ao número total de docentes foi de 84% (613 DP/730 docentes). Em 2013, a proporção de DP em relação ao número total de docentes foi de 83%, em 2014, 87% e em 2015, 86%. A média de orientações de discentes (Mestrado e Doutorado) por DP foi de 2,6/ano, nos anos de 2013 e 2014 e 3,09/ano em 2015.

O número total de discentes da Medicina III tem sido em torno de 3.100 (em 2013, 1.355 alunos de Mestrado e 1.720 de Doutorado, em 2014, 1.320 e 1.760, respectivamente e em 2015, 1397 e 1532, respectivamente). A produção intelectual (PI) dos discentes foi de 1,26 artigos/ano (considerando somente artigos completos publicados em periódicos).

A Produção científica (PC) dos DPs foi de 5,73 artigos/ano/DP nos anos de 2013 e 2014 e, considerando a PC somente em periódicos dos estratos A1, A2 e B1, a PC dos DPs foi de 2,92 artigos/ano/DP. A produção conjunta de DPs e discentes foi de 40% nos dois últimos anos e também tem sido crescente, principalmente nos periódicos em estratos A1 a B2.



## Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

17.med3@capes.gov.br

A evolução da Área nos últimos dois triênios tem sido positiva, com aumento de PPGs notas 6 e 7 e aumento qualitativo e quantitativo da PC, demonstrando maturidade científica.

No contexto da área, a proposta de cursos novos deve ser inovadora, sem sobreposição com outros cursos e com diferenças demarcadas em relação aos demais existentes no mesmo campus.

## **ORIENTAÇÕES PARA PROPOSTAS DE CURSOS DE MESTRADO ACADÊMICO**

### **1. PROPOSTA DO CURSO**

#### **Recomendações da área no que se refere ao perfil do programa.**

A Proposta de Programa deve ter clareza, coerência entre os objetivos e o processo de formação do alunado. As Áreas de Concentração (AC), Linhas de Pesquisa (LP) e Projetos de Pesquisa (PP) deverão estar bem articulados e as Disciplinas deverão apresentar conteúdo científico e metodológico para dar subsídios aos projetos e LP.

A Proposta deve ser detalhada e conter:

- Descrição clara da(s) AC, LP, objetivos e estrutura curricular, demonstrando articulação e coerência entre esses quesitos;
- Lista dos PP coordenados pelos DP do grupo proponente, com atenção à coerência das atividades de pesquisa com a proposta do curso;
- Lista dos DP participantes de cada LP, com atenção a uma distribuição relativamente equilibrada do corpo docente nas diversas LP propostas;
- Detalhamento da estrutura curricular (disciplinas obrigatórias e optativas e atividades complementares propostas), coerente com as LP, para dar suporte aos projetos;
- Descrição do(s) DP responsável(is) pelas disciplinas e apresentação das ementas com bibliografia adequada e atualizada em nível de pós-graduação *stricto sensu*;
- Especificação de medidas de planejamento de desenvolvimento do curso em médio prazo;
- Especificação de medidas de avaliação contínua do curso;
- Descrição detalhada da infraestrutura voltada à formação de recursos humanos (RH), à pesquisa e aos projetos do próprio PPG, especificando se a infraestrutura é multiuso da instituição ou exclusiva do PPG
- Aporte da infraestrutura;
- Contratação de docentes;
- Mecanismos de apoio à pesquisa;
- Medidas institucionais que propiciem a implantação de infraestrutura mínima de pesquisa (área física adequada, biotérios...) ou sob a forma de disponibilidade de recursos humanos (técnicos, biólogos...), recursos de informática, apoio à orientação em análise de dados e estatística e demais instalações que atendam às LP e à estrutura do Programa;
- Descrição dos espaços de trabalho para docentes e discentes, correlacionando com as AC e LP;
- Apresentação de documentos que explicitem apoio institucional à criação e ao

desenvolvimento do curso;

- Apoio de hospitais universitários com políticas voltadas para pesquisas translacionais e tecnológicas;
- Descrição da captação de recursos em agências de fomento à pesquisa com detalhamento: título do projeto; nome do DP responsável, dos integrantes e discentes desse projeto; descrição se os docentes são do programa ou de outro programa; período de execução e do auxílio, acompanhado pelo número do processo; valores aprovados para custeio, material permanente e bolsas; agência de fomento à pesquisa que concedeu o fomento; descrição dessa captação no currículo Lattes do responsável pelo projeto; produção bibliográfica, teses, dissertações e/ou patentes resultantes desse projeto; programas assistenciais: Programa de Pesquisa para o SUS (como o PPSUS) com número e apoio do Ministério da Saúde, apoio de governos estaduais e federais; instituições, departamentos e disciplinas envolvidos; desenvolvimento de pesquisas integradas com a iniciativa privada ou outros PPG (estudos multicêntricos, etc.), valorizando a participação do docente como pesquisador principal, colaborador, citar instituições, departamentos e disciplinas envolvidos.

É recomendável que uma LP tenha a participação de pelo menos um membro do corpo docente permanente e se enquadre na(s) AC do curso.

O corpo docente permanente deve ter formação e expertise relacionadas às AC e LP, para dar sustentação ao oferecimento do curso.

As disciplinas devem conter ementas alinhadas com os objetivos do curso e a periodicidade das mesmas devem estar alinhadas com o mínimo de créditos exigidos para a formação do aluno. As disciplinas obrigatórias devem ser oferecidas com regularidade e ter sua grade compatível com os objetivos do mestrado acadêmico.

A demanda regional do alunado e o processo de seleção do corpo discente e docente deverão ser claramente definidos e descritos. Ressalta-se também a necessidade de critérios claros para credenciamento e descredenciamento dos DP. Para os casos de docentes com pequena experiência de orientação recomenda-se iniciar com um pequeno número de discentes.

O planejamento estratégico do curso deverá ser claramente definido e descrito na proposta por meio de metas e resultados esperados em curto e médio prazo. A proposta do curso deverá demonstrar condições de funcionamento com adequada infraestrutura, recurso financeiros e massa crítica de DP, suficiente para assegurar qualidade e abrangência acadêmica.

## 2. CORPO DOCENTE

### **Requisitos mínimos, estabelecidos pela área, para composição do corpo docente do novo curso.**

O corpo docente deve ser integrado por doutores, preferencialmente com experiência em orientações prévias (orientação ou coorientação a nível de Mestrado e/ou Doutorado, trabalhos de conclusão de curso e iniciação científica). Todos os docentes devem ter currículo Lattes atualizado.

A proposta deve conter apresentação de um perfil resumido de cada DP, colaborador e visitante, com destaque para área de atuação e tempo de titulação; descrição da carga horária dos docentes ao curso e à Instituição, que deve ser compatível com as demandas do curso; caracterização da atuação dos docentes em atividades de ensino na graduação e em orientação de iniciação científica (IC); distribuição de carga horária entre graduação e pós-graduação *stricto* e *lato sensu* e homogeneidade de atividades entre o corpo docente permanente; descrição dos DP responsáveis por LP e por disciplinas; descrição dos programas de apoio ao intercâmbio com docentes externos e instituições internacionais e produção conjunta resultante; orientações de alunos da Residência Médica (RM), Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), coorientações e orientações de Mestrado e Doutorado; captação de recursos; bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq; experiência e liderança na área, incluindo sua projeção nacional e internacional; consultorias em agências de fomento; atuação como editor, membro de corpo editorial, revisor e consultor de periódicos; fator H calculado pelas bases de dados JCR e Scopus.

A existência de um número mínimo de DP que assegure clara sustentação ao programa (considerando o número de LP e o número de discentes) será observada. Para um curso de mestrado acadêmico, não é recomendado um número inferior a oito DP de acordo com a deliberação do CTC. No entanto, a Área sugere o número de 10 DP visando a manutenção e a qualidade das atividades do curso e a sua perenidade.

O Docente Colaborador (DC) deve ser profissional com expertise em determinada temática e que poderá agregar valor à estrutura curricular e desenvolvimento dos projetos da proposta. No entanto, o número de DC pode expressar certa dependência na estruturação do curso, devendo o número de DP ser suficiente para dar sustentação e viabilidade ao mesmo. O número elevado de professores aposentados ou próximos da aposentadoria também deve ser justificado, para não caracterizar instabilidade na perenidade do curso.

O corpo docente total, que é a soma dos docentes permanentes e colaboradores, deve ter um mínimo de 70% de DP para propostas de cursos novos.

A atuação como DP poderá se dar em no máximo três PPG, desde que justificado na proposta. No entanto, o número de DP que participam em mais de um PPG deve ser limitado.

A PC do DP deverá ser compatível com a sua participação em cada PPG e coerente com

as AC e LP de cada PPG, e, recomenda-se uma distribuição uniforme e homogênea entre os DP.

A qualidade e a regularidade da PC dos DP devem ser explicitadas na proposta. A Área avalia patentes e artigos científicos de visibilidade nacional e internacional, com qualidade aferida pela classificação Qualis Periódicos da Área, considerando também a coerência com as LP e as AC.

A PC deve ser compatível com a formação de recursos humanos. Para os casos de docentes com pequena experiência de orientação recomenda-se iniciar com um pequeno número de discentes.

É importante que a composição do corpo docente permanente esteja estruturada de forma a garantir a sustentação e a continuidade do programa e de sua capacidade de orientação e produção bibliográfica.

### **3. ATIVIDADE DE PESQUISA**

#### **Requisitos da área para a organização das linhas e atividades de pesquisa.**

As LP devem ser coerentes com a(s) AC e em número compatível com a dimensão e produtividade do corpo docente permanente. É recomendável equilíbrio entre as diferentes AC, de forma que haja um balanço entre elas, sem preponderância acentuada de uma AC sobre outra.

Os projetos devem ser coerentes com a(s) AC e LP e apresentar, pelo menos, um DP como responsável.

É fundamental que as LP sejam profícuas em termos de PC do corpo docente, em especial do DP. Ressalta-se que a Medicina III considera como PC somente a publicação de artigos completos em periódicos e patentes de DP.

A estrutura curricular de Disciplinas deve ser voltada às AC e LP e a proposta deve explicitar as que são obrigatórias (formação em pesquisa e fundamentos metodológicos) e as optativas (suporte para as LP e para os PP).

As ementas das AC, LP e das Disciplinas devem ser coerentes e claras. As ementas e as bibliografias das LP e Disciplinas devem demonstrar coerência com a proposta do programa e nível do curso proposto e estarem atualizadas.

#### **4. PRODUÇÃO INTELECTUAL**

##### **Critérios e recomendações da área quanto à produção bibliográfica, técnica e/ou artística do corpo docente.**

A PC deve ser adequada tanto em qualidade (aferida pelo Qualis vigente da Área) como em quantidade (mostrando boa distribuição entre os DP do programa). A PC do corpo de DP deve ser compatível com os critérios mínimos de PC para o conceito pretendido pelo PG. Não é recomendável a existência de DP sem produção bibliográfica de qualidade nos últimos quatro anos ou com PC incompatível com as exigências de credenciamento do próprio programa. Espera-se que cada DP apresente PC compatível com os parâmetros de avaliação da Área, que podem ser acessados na subpágina da Área, no site da Capes.

A presença de alguns DPs com maior produção científica, seja em quantidade ou qualidade, não exime os demais integrantes do corpo docente de atender aos parâmetros esperados e que são característicos da Área, no tocante à produção e qualificação. Entretanto, o corpo docente poderá apresentar um ou mais DP com produção muito acima da média do curso, o que não pode ser considerado um fator negativo.

O suplemento de qualquer periódico tem valor no ensino e na divulgação da LP, todavia não será quantificado como artigo original. Com relação aos periódicos que tiveram ascensão nos estratos da classificação do Qualis, os mesmos serão avaliados a partir de sua chancela no sistema Qualis da CAPES, e, serão considerados somente três artigos no quadriênio por DP.

A Medicina III também valorizará patentes, particularizando suas diferentes etapas: Depósito, Concessão e Licenciamento, conforme detalhado pelo PPG. Deverá haver descrição do número do registro, título, nome dos inventores (responsável e colaboradores), do impacto (apresentar existência de publicação internacional da patente e repercussão social, política, econômica, científica ou tecnológica) para a comunidade e sociedade.

#### **5. INFRAESTRUTURA DE ENSINO E PESQUISA**

##### **Recomendações específicas sobre o comprometimento institucional para a implantação e o êxito do curso novo (ex.: biblioteca, acesso à Internet, laboratórios etc.)**

É fundamental que a instituição viabilize as condições de acesso de docentes e discentes à literatura relevante, tanto em bibliotecas quanto em sistemas *online*. Os laboratórios de pesquisa, equipamentos e outras instalações especiais requeridas pelas atividades de ensino e pesquisa do corpo docente devem estar assegurados dentro de padrões satisfatórios.

Além de salas de aula e laboratórios, a Instituição deve garantir a existência de espaços diversificados para docentes e discentes, compatíveis com as necessidades específicas do

Programa.

Deve estar disponível para as atividades do curso uma infraestrutura de laboratórios, equipamentos, recursos humanos, acesso a internet e material bibliográfico atualizado. Deve haver indicativos claros de forte apoio institucional com plano de investimentos e contratações, além de fontes de financiamento e de um plano de modernização/expansão dos laboratórios e do parque instrumental.

A proposta deve vir acompanhada de documentos institucionais que comprovem que ela foi avaliada e aprovada pelas instâncias competentes no âmbito da Instituição, assegurando o apoio necessário para a implementação do curso. Documentos que explicitem, de forma detalhada, o apoio que a Instituição pretende dar ao Curso, podem contribuir para uma melhor avaliação das condições, das ações e dos fomentos previstos para viabilizar a implantação e consolidação do Programa.

É desejável que as ações e fomentos sejam diversificados, não se limitando à infraestrutura física e material, mas incorporando políticas que assegurem a dedicação do corpo docente às atividades de ensino e pesquisa na Pós-Graduação *stricto sensu*.

## 6. OUTRAS RECOMENDAÇÕES

Recomenda-se aos interessados na proposição de novos cursos a leitura dos documentos da Área e que o corpo docente proponente examine seu perfil em relação às características de organização e desempenho dos Programas atualmente recomendados pela Área (informações disponíveis na subpágina da Área no site da CAPES).

No planejamento estratégico deve estar claramente definida a política de contratação/renovação do corpo docente, considerando-se a melhoria e modernização das LP. Os novos docentes devem ter as qualificações necessárias para serem integrados imediatamente ao PPG além de PC com um mínimo de qualidade de acordo com o conceito pretendido. Os PPG também devem apresentar planejamento de como pretendem incentivar o credenciamento rápido dos docentes jovens recém-contratados. Todo o apoio deve ser dado aos jovens docentes, incluindo apoio institucional, espaço físico e apoio financeiro por parte da instituição.

As propostas são avaliadas globalmente, observando-se o atendimento às exigências para cada um de seus elementos: os objetivos, a concepção sobre a formação a ser oferecida, a base de pesquisa, a estrutura curricular, a qualificação e experiência do corpo docente e as condições institucionais.

É desejável a indicação de uma demanda regional que assegure a existência de um fluxo regular de estudantes ao curso.

É importante que a proposta de um curso novo reflita a realidade e a organização acadêmica dos seus participantes (em particular, do corpo docente permanente).

## 7. INSERÇÃO SOCIAL

Considerar o papel que o PPG desenvolve na própria região, no país e fora do país, em termos de formação de pessoas qualificadas e no desenvolvimento de pesquisa.

Levar em conta as interações que o DP mantém com seus congêneres e outros centros de ensino e pesquisa da área e suas contribuições para o desenvolvimento acadêmico regional e nacional.

Considerar o corpo docente com *link* ao currículo Lattes; estrutura curricular voltada ao *stricto sensu*, com ementa das disciplinas, responsáveis e referências; critérios de seleção do corpo docente e discente; publicações e patentes listadas; detalhamento da orientação dos alunos IC, da RM, TCC, Mestres e/ou Doutores e/ou supervisão de Pós-Doutores; captação de recursos; integrações nacionais e internacionais.

As orientações contidas neste documento se referem a propostas de mestrado acadêmico. O documento considera a legislação e regulamentação vigentes e que podem ser consultadas na página da Capes, a qual orienta a submissão de propostas de cursos novos.

## **ORIENTAÇÕES PARA PROPOSTAS DE CURSOS DE DOUTORADO**

### **1. PROPOSTA DO CURSO**

#### **Recomendações da área no que se refere ao perfil do programa.**

A proposta do curso deve ser consistente, as linhas de pesquisa (LP) e a estrutura curricular devem estar relacionadas com a experiência e a produção científica do corpo docente. As Áreas de Concentração (AC), Linhas de Pesquisa e Projetos de Pesquisa (PP) deverão estar bem articulados e as Disciplinas deverão apresentar conteúdo científico e metodológico para dar subsídios aos PP e LP. Espera-se uma descrição clara das AC, LP, objetivos e estrutura curricular, que demonstre articulação e coerência entre esses quesitos; listagem dos PP coordenados pelos docentes permanentes (DP) do grupo proponente, com atenção à coerência das atividades de pesquisa com a proposta do curso; listagem dos DP participantes de cada LP e dos PP, com atenção a uma distribuição equilibrada do corpo docente nas diversas linhas propostas; detalhamento da estrutura curricular (disciplinas obrigatórias, optativas e atividades complementares propostas) com coerência às LP para dar suporte aos PP; apresentação das respectivas ementas com bibliografia, destacando-se que as referências devem abranger a produção clássica e atualizada e devem ser adequadas ao nível de pós-graduação *stricto sensu*. O comprometimento institucional com a proposta deve ser demonstrado e comprovado por documentos que explicitem apoio institucional à criação e ao desenvolvimento do curso; especificação de medidas de planejamento de desenvolvimento do Programa a médio prazo; especificação de medidas de avaliação contínua do Programa; descrição detalhada da infraestrutura voltada à formação de recursos humanos (RH), à pesquisa e aos projetos do PPG: se a infraestrutura é multiuso da instituição ou exclusiva do PPG (indicadores de comprometimento da instituição, para o adequado funcionamento do programa) e aporte da infraestrutura; políticas de contratação de docentes; medidas institucionais que propiciem a implantação de infraestrutura mínima de pesquisa (área física adequada, laboratórios, biotérios...) ou sob a forma de disponibilidade de recursos humanos (técnicos, biólogos...), recursos de informática, apoio à orientação em análise de dados e estatísticas; apoio de hospitais universitários com políticas voltadas para pesquisas translacionais e tecnológicas.

Demonstrar capacidade de implementar e dar continuidade às LP por meio de captação de recursos para a pesquisa, em especial junto a agências de fomento, detalhando o seguinte:

a) Título do projeto; nome do docente responsável, dos integrantes e discentes desse projeto; explicitar se os docentes são do programa ou de outro PPG; período de execução e do auxílio, acompanhado pelo número do projeto; valores aprovados para custeio e material permanente; citar agência de fomento à pesquisa; mencionar essa captação no currículo Lattes do responsável pelo projeto; produção científica e orientação de alunos decorrentes dessa captação de recurso; apresentar a produção bibliográfica, as teses, as dissertações e patentes resultantes desse projeto;

b) Programas assistenciais, como Programa de Pesquisa ao SUS (PPSUS) com número e apoio do Ministério da Saúde; apoio de governos estaduais e federais; instituições, departamentos e disciplinas envolvidos; e descrição dos dados do item anterior;

c) Desenvolvimento de pesquisas arquitetadas pela iniciativa privada ou pelo PPG (estudos multicêntricos, etc.), valorizando a participação do DP como pesquisador principal, colaboradores, etc.; citar instituições, departamentos e disciplinas envolvidos.

É recomendável que uma LP tenha a participação de pelo menos um membro do corpo docente permanente e se enquadre na(s) AC do programa.

A grade curricular deve dar oportunidade de formação aos discentes dentro dos projetos, LP e AC. É fundamental que a estrutura curricular contemple disciplinas obrigatórias (formação em pesquisa e fundamentos metodológicos) e de disciplinas optativas/complementares relacionadas às LP e AC do Programa (relacionadas aos PP).

O corpo docente permanente deve ter formação e expertise relacionadas às AC e LP para dar sustentação ao seu oferecimento. As disciplinas devem conter ementas alinhadas com os objetivos do curso e a periodicidade das mesmas devem estar alinhadas com o mínimo de créditos exigidos para a formação do aluno. As disciplinas obrigatórias devem ser oferecidas com regularidade e ter sua grade compatível com os objetivos do doutorado acadêmico.

A demanda regional do alunado e o processo de seleção do corpo discente e docente deverão ser claramente definidas e descritas.

O planejamento estratégico do curso deverá ser detalhadamente descrito na proposta por meio de metas e resultados esperados a curto e médio prazo.

Em síntese, no contexto da Área, a proposta de cursos novos deve ser inovadora, sem sobreposição com outros cursos e com diferenças demarcadas em relação aos demais existentes no mesmo campus. E, a proposta do curso deverá demonstrar condições de funcionamento com adequada infraestrutura, recurso e massa crítica suficiente para assegurar qualidade e abrangência acadêmica.

## **2. CORPO DOCENTE**

### **Requisitos mínimos, estabelecidos pela área, para composição do corpo docente do novo curso.**

O corpo docente deve ser integrado de forma equilibrada por doutores com dedicação integral às atividades de ensino e de pesquisa, bem qualificado e revelar independência científica, com experiência em orientações prévias (orientação/coorientação em nível de Mestrado e Doutorado, orientação em nível de trabalho de conclusão de cursos e iniciação

científica), PC e captação de recursos. Todos os docentes devem ter currículo Lattes atualizado.

A proposta deve conter apresentação de um perfil resumido de cada DP, colaborador e visitante, com destaque para área de atuação e tempo de titulação; descrição da carga horária dos docentes, que deve ser compatível com as demandas do curso; caracterização da atuação em atividades de ensino na graduação, em orientação de IC; distribuição de carga horária entre graduação e pós-graduação *stricto e lato sensu* e homogeneidade entre o corpo docente permanente; atividade como responsável por LP e por disciplinas; descrição dos programas de apoio ao intercâmbio com docentes externos e instituições internacionais e produção conjunta resultante; coorientação de teses de doutorado, orientações de mestrado e doutorado; supervisão de Pós-doutorado; captação de recursos; bolsa de produtividade em pesquisa ou equivalente do CNPq; experiência e liderança na área, incluindo sua projeção nacional e internacional; professores visitantes com intercâmbio, parceria e produção científica conjunta; consultorias técnico-científicas em órgãos de fomento e/ou ministérios; atuação como editor, membro de corpo editorial, revisor e consultor de periódicos; fator H calculado pelas bases de dados JCR e Scopus.

A existência de um número mínimo de DP que assegurem clara sustentação ao programa (considerando o número de LP e o número de discentes) será observada. Para um curso de Doutorado na Área, não é recomendado um número inferior a 12 DP.

O Docente Colaborador (DC) deve ser um profissional com expertise em determinada temática, que poderá agregar valor à estrutura curricular e desenvolvimento dos projetos da proposta. No entanto, o número de DC pode expressar certa dependência na estruturação do curso, devendo o número de DP ser suficiente para dar sustentação e viabilidade ao mesmo. O número elevado de professores aposentados ou próximos da aposentadoria também deve ser justificado, para não caracterizar instabilidade na perenidade do curso.

O corpo docente total, que é a soma dos docentes permanentes e colaboradores, deve ter no mínimo 70% de DP para propostas de cursos novos.

A atuação como DP poderá se dar em no máximo três PPG, desde que justificado na proposta, no entanto, o número de DP que participam em mais de um PPG deve ser limitado.

A qualidade e a regularidade da PC do DP devem ser explicitadas e esse é um item importante da avaliação. Nesse item será analisada a produção em artigos científicos de visibilidade nacional e internacional e aferida pela classificação do Qualis-Periódicos da área, considerando as LP e AC. A PC do DP deverá ser compatível com a sua participação em cada PPG e coerente com as AC e LP de cada PPG, e, recomenda-se uma distribuição uniforme e homogênea entre os DP. A PC também deve ser compatível com a formação de recursos humanos. Para os casos de docentes com pequena experiência de orientação recomenda-se iniciar com um pequeno número de discentes.

É importante que a composição do corpo docente permanente esteja estruturada de forma a garantir a sustentação e a continuidade do programa e de sua capacidade de orientação e PC.

### **3. ATIVIDADE DE PESQUISA**

#### **Requisitos da área para a organização das linhas e atividades de pesquisa.**

As LP devem ser compatíveis com a(s) AC e em número compatível com a dimensão e produtividade do corpo DP. É recomendável que exista um equilíbrio entre as diferentes AC, sem preponderância acentuada de uma AC sobre outra. É fundamental que as LP sejam produtivas em termos de PC e de orientação.

Os projetos devem ser coerentes com a(s) AC e LP e apresentar pelo menos um DP como responsável.

É fundamental que as LP sejam profícuas em termos de PC do corpo docente, em especial do DP. Ressalta-se que a Medicina III considera como PC somente a publicação de artigos completos em periódicos e patentes.

A estrutura curricular de Disciplinas deve ser voltada aos PP e às AC e LP e a proposta deve explicitar aquelas obrigatórias (formação em pesquisa e fundamentos metodológicos) e as optativas (suporte para os PP).

As ementas das AC, LP e das Disciplinas devem ser coerentes e claras. As ementas e as bibliografias das LP e Disciplinas devem demonstrar coerência com a proposta do programa e nível do curso proposto e estarem atualizadas.

### **4. PRODUÇÃO INTELECTUAL**

#### **Critérios e recomendações da área quanto à produção bibliográfica, técnica e/ou artística do corpo docente.**

A PC do corpo docente proponente deve ser compatível com a proposta do programa. No caso de uma proposta de Doutorado espera-se produção em periódicos Qualis acima de B2 e distribuição uniforme e homogênea entre os diferentes DP do programa. A PC do corpo de DP deve ser compatível com os critérios mínimos de PC para o conceito pretendido pelo PG. Não é recomendável a existência de DP sem produção bibliográfica de qualidade nos últimos quatro anos ou que se mostrem incompatíveis com as exigências de credenciamento do próprio programa. Espera-se que cada DP apresente uma produção científica compatível com os parâmetros da Área, que podem ser obtidos na subpágina da Área.

A presença de alguns docentes com maior PC, seja em quantidade ou qualidade, não

exime os demais integrantes do corpo docente de atender aos parâmetros esperados e que são característicos da Área, no tocante à produção e qualificação. Entretanto, o corpo docente poderá apresentar um ou mais DP com produção muito acima da média do curso, o que não pode ser considerado um fator negativo.

O suplemento de qualquer periódico tem valor no ensino e na divulgação da LP, todavia não será quantificado como artigo original. Com relação aos periódicos que tiveram ascensão nos estratos da classificação do Qualis, os mesmos serão avaliados a partir de sua chancela no sistema Qualis da CAPES, e, serão considerados somente três artigos no quadriênio por DP.

A Medicina III também valorizará patentes, particularizando suas diferentes etapas: Depósito, Concessão e Licenciamento, conforme detalhado pelo PPG. Deverá haver descrição do número do registro, título, nome dos inventores (responsável e colaboradores), do impacto (publicação internacional da patente e repercussão social, política, econômica, científica ou tecnológica) para a comunidade e sociedade.

## **5. INFRAESTRUTURA DE ENSINO E PESQUISA**

### **Recomendações específicas sobre o comprometimento institucional para a implantação e o êxito do curso novo (ex.: biblioteca, acesso à Internet, laboratórios etc.)**

Ao propor a criação de um Programa de Pós-Graduação é fundamental que a instituição viabilize as condições de acesso de docentes e discentes à literatura relevante, tanto em bibliotecas quanto em sistemas online. Os laboratórios, equipamentos e outras instalações especiais requeridas pelas atividades de ensino e pesquisa devem ser assegurados dentro de padrões satisfatórios.

Além de salas de aula e laboratórios, a Instituição deve garantir a existência de espaços diversificados para docentes e discentes, compatíveis com as necessidades específicas do Programa.

Deve estar disponível para as atividades do curso uma infraestrutura de laboratórios, equipamentos, recursos humanos, acesso a internet e material bibliográfico atualizado. Deve haver indicativos claros de forte apoio institucional, com plano de investimentos e contratações, além de fontes de financiamento e de um plano de modernização/expansão dos laboratórios e do parque instrumental.

A proposta deve vir acompanhada de documentos institucionais que comprovem que ela foi avaliada e aprovada pelas instâncias competentes no âmbito da Instituição, assegurando o apoio necessário para a implementação do curso.

Documentos que explicitem de forma detalhada o apoio que a Instituição pretende dar

ao Curso podem contribuir para uma melhor avaliação das condições, das ações e dos fomentos previstos para viabilizar a implantação e consolidação do Programa.

É desejável que as ações e fomentos sejam diversificados, não se limitando à infraestrutura física e material, mas incorporando políticas que assegurem a dedicação do corpo docente às atividades de ensino e pesquisa na Pós-Graduação.

## **6. OUTRAS RECOMENDAÇÕES**

Recomenda-se aos interessados na proposição de novos cursos a leitura dos documentos da Área e que o corpo docente proponente examine seu perfil em relação às características de organização e desempenho dos Programas atualmente recomendados pela Área (informações disponíveis na subpágina da Área no site da CAPES).

No planejamento estratégico deve estar claramente definida a política de contratação/renovação do corpo docente, considerando-se a melhoria e modernização das LP. Os novos docentes devem ter as qualificações necessárias para serem integrados imediatamente ao programa além de PC com um mínimo de qualidade de acordo com o conceito pretendido.

Os programas devem descrever como pretendem incentivar o credenciamento rápido dos docentes jovens recém contratados. Todo o apoio deve ser dado aos jovens docentes, como apoio institucional, espaço físico e apoio financeiro por parte da instituição.

As propostas são avaliadas globalmente, observando-se o atendimento às exigências para cada um de seus elementos: os objetivos, a concepção sobre a formação a ser oferecida, a base de pesquisa, a estrutura curricular, a qualificação e experiência do corpo docente e as condições institucionais.

É desejável a indicação de uma demanda regional que assegure a existência de um fluxo regular de estudantes ao curso.

É importante que a proposta de um curso novo reflita a realidade de produção científica e a organização acadêmica dos seus participantes (em particular, do corpo docente permanente).

## **7. INSERÇÃO SOCIAL**

Considerar o papel do PPG na própria região e no país e fora do país, em termos de formação de pessoas qualificadas e desenvolvimento de pesquisa.

Levar em conta as interações que o DP mantém com seus congêneres e outros centros de ensino e pesquisa da área e suas contribuições para o desenvolvimento acadêmico regional e nacional.

Considerar o corpo docente com *link* ao currículo Lattes; estrutura curricular voltada ao *stricto sensu*, com ementa das disciplinas, responsáveis e referências; critérios de seleção do corpo docente e discente; publicações e patentes listadas; detalhamento da orientação dos alunos IC, da RM, TCC, Mestres e/ou Doutores e/ou supervisão de Pós-Doutores; captação de recursos; integrações nacionais e internacionais.

## **ORIENTAÇÕES PARA PROPOSTAS DE CURSOS DE MESTRADO PROFISSIONAL**

### **1. PROPOSTA DO CURSO**

#### **Recomendações da área no que se refere ao perfil do programa.**

Os cursos de Mestrado Profissional (MP) têm características distintas dos cursos de Mestrado Acadêmico na Área, em termos de objetivos formativos, composição do corpo docente, natureza da produção intelectual de docentes e discentes, formatos dos trabalhos de conclusão, requisitos avaliativos, entre outros.

A regulamentação do MP dá plena garantia da validade nacional ao titulado, equiparação do título para efeito de promoções na carreira e eventual acesso ao Doutorado.

O objetivo do MP é promover a formação de profissionais com alta qualificação técnico-científica e com experiências que atendam às necessidades locais, regionais e nacionais. Com tais características, a proposta do MP deverá ser suficientemente diferenciada de iniciativas de atualização profissional, como aquelas promovidas pelos cursos de especialização. A proposta deve apresentar articulação consistente da produção de conhecimento e de inovação, voltadas à solução de problemas humanos, e propor formação que inclua a familiarização com as atividades estabelecidas no campo da pesquisa científica e da inovação na Área.

A demanda regional do alunado e o processo de seleção do corpo discente e docente deverão ser claramente definidos e descritos. Ressalta-se também a necessidade de critérios claros para credenciamento e descredenciamento dos DP. Para os casos de docentes com pequena experiência de orientação recomenda-se iniciar com um pequeno número de discentes.

A proposta deve apresentar caráter multi e interdisciplinar, de tal forma que agregue competências e metodologias que tenham como objetivo a boa formação e a geração de conhecimento novo a ser imediatamente aplicável, o que deverá estar claramente especificado no perfil do profissional a ser formado, uma vez que este não pode ser dissociado dos objetivos da proposta.

O curso de MP não deve ter qualquer superposição de objetivos com programas de residência médica ou cursos de especialização ou aprimoramento *lato sensu*. Essa diferenciação entre PG *lato sensu* e *stricto sensu* deve ser caracterizada quando do encaminhamento da proposta do MP.

A Área enfatiza a vinculação do curso com projetos de inovação, avaliação ou desenvolvimento de políticas públicas assistenciais e/ou de desenvolvimento tecnológico voltados a sociedade; à temática e aos impactos locais, regionais, nacionais ou internacionais.

São fundamentais as parcerias com órgãos e agências governamentais, Secretarias de Saúde estaduais e municipais, Ministério da Saúde, organizações não governamentais e iniciativa privada, que deverão ser descritas e comprovadas documentalmente.

Deve estar justificada a pertinência da(s) AC e a vinculação desta(s) com as linhas de atuação científico-tecnológicas (LACT) e os projetos em desenvolvimento; a estrutura curricular deve proporcionar suporte para os projetos e LACT e formação em pesquisa e fundamentos metodológicos para os projetos de atuação científico-tecnológica.

A Proposta do Curso deve detalhar a estrutura curricular (disciplinas obrigatórias, optativas e atividades complementares propostas) voltada aos projetos; apresentar ementas atualizadas com bibliografia adequada a nível de pós-graduação *stricto sensu*; caracterizar e detalhar os laboratórios e demais instalações que atendam às LACT e à estrutura do Programa; descrever os espaços de trabalho para docentes e discentes e correlacionar com as AC e LACT; apresentar documentos que explicitem apoio institucional à criação e ao desenvolvimento do curso.

É recomendável que cada LACT tenha a participação de pelo menos um membro do corpo docente permanente e se enquadre na(s) AC do curso.

A estrutura curricular de disciplinas deve explicitar aquelas obrigatórias e as optativas. O corpo docente permanente deve ter formação e expertise relacionadas às AC e LACT, para dar sustentação ao oferecimento do curso. O elenco de disciplinas deve ser compatível com a proposta do curso, a(s) AC e as LACT. As disciplinas devem conter ementas alinhadas com os objetivos do curso e a periodicidade das mesmas devem estar alinhadas com o mínimo de créditos exigidos para a formação do aluno. As disciplinas obrigatórias devem ser oferecidas com regularidade e ter sua grade compatível com os objetivos do MP.

Devem ser descritos detalhadamente os projetos com financiamento por agências de fomento ou por outras entidades, com título, número de processo, seu DP responsável e membros integrantes, valores obtidos e a articulação com as AC e LACT.

O planejamento estratégico do curso deverá ser claramente definido e descrito na proposta por meio de metas e resultados esperados a curto e médio prazo.

Em síntese, no contexto da área, a proposta de cursos novos deve ser inovadora, sem sobreposição com outros cursos e com diferenças demarcadas em relação aos demais existentes no mesmo campus. Deverá também demonstrar condições de funcionamento com adequada infraestrutura, recursos e massa crítica suficiente para assegurar qualidade e abrangência acadêmica.

## **2. CORPO DOCENTE**

### **Requisitos mínimos, estabelecidos pela área, para composição do corpo docente do novo curso.**

O corpo docente deve ser integrado, de forma equilibrada, por profissionais e técnicos com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação. É importante demonstrar a experiência do corpo docente em orientações prévias (a nível de Mestrado e/ou Doutorado, trabalhos de conclusão de curso e iniciação científica).

A proposta deve apresentar um perfil resumido de cada docente, com destaque para a área de atuação, expertise e qualificação no campo da ciência e da inovação; apresentar indicadores de produção científico-tecnológica e experiência na articulação entre produção de conhecimento, experiência profissional e desenvolvimento de tecnologias; descrever a carga horária dos docentes, que deve ser compatível com as demandas do curso (permitindo-se tempo parcial); e sua participação nas LACT, nos projetos e nas disciplinas.

A existência de um número mínimo de DP que assegure clara sustentação ao programa (considerando o número de LACT e o número de discentes) será observada. Para um curso de MP não é recomendado um número inferior a oito DP de acordo com a deliberação do CTC. No entanto, a Área sugere 10 DP visando a manutenção e a qualidade das atividades do curso e para a sua perenidade.

O Docente Colaborador (DC) deve ser profissional com expertise em determinada temática, podendo agregar valor à estrutura curricular e desenvolvimento dos projetos da proposta. No entanto, o número de DC pode expressar certa dependência na estruturação do curso, devendo a proporção de DP ser suficiente para dar sustentação e viabilidade ao mesmo. O número elevado de professores aposentados ou próximos da aposentadoria também deve ser justificado, para não caracterizar instabilidade na perenidade do curso.

O corpo docente total, que é a soma dos DP e colaboradores, deve ter no mínimo 70% de docentes permanentes para propostas de novos cursos de MP.

A atuação de cada docente como DP poderá se dar no máximo em três PPG, desde que justificado na proposta, e o número de DP que participam em mais de um PPG deve ser limitado. Da mesma forma, a participação de não doutores como DP deve ser de excepcionalidade e justificada na proposta.

A produção intelectual (PI) do DP deverá ser compatível com a sua participação em cada PPG e coerente com as AC e LACT de cada PPG, e, recomenda-se uma distribuição uniforme e homogênea entre os DP.

Ressalta-se a necessidade de critérios claros para credenciamento e descredenciamento dos DP. Para os casos de docentes com pequena experiência de orientação recomenda-se iniciar com um pequeno número de discentes.

A atividade profissional e expertise do DP será avaliada também por meio de sua atuação em consultorias, em corpo editorial de periódicos científicos, atividades associativas, cargos governamentais, premiações e bolsa de produtividade em desenvolvimento tecnológico do CNPq e outros similares, além da produção intelectual (artigos, patentes, livros, softwares...).

### **3. ATIVIDADES E PESQUISA**

#### **Requisitos da área para a organização das linhas e atividades de pesquisa/atuação.**

Os projetos e as LACT devem ser coerentes com a(s) AC, e devem se apresentar em número compatível com a dimensão e produtividade do corpo docente permanente.

É fundamental que as LACT sejam profícuas em termos de produção científica, técnica e profissional do corpo docente, em especial do DP. Ressalta-se também a relevância da aplicabilidade dos projetos inseridos nas LACT.

A estrutura curricular de disciplinas deve ser voltada às AC e LACT e explicitar aquelas obrigatórias (formação em pesquisa e fundamentos metodológicos) e as opcionais (suporte para os projetos científico-tecnológicos).

As ementas das AC, LACT e das Disciplinas devem ser coerentes e claras. As ementas e as bibliografias das LACT e Disciplinas devem demonstrar coerência com a proposta do programa e nível do curso proposto e estarem atualizadas.

### **4. PRODUÇÃO INTELECTUAL**

#### **Critérios e recomendações da área quanto à produção bibliográfica, técnica e/ou artística do corpo docente.**

A PI do grupo proponente deve ser compatível com a proposta do curso, devendo também existir uma distribuição uniforme e homogênea entre os DP. A PI do corpo de DP deve ser compatível com os critérios mínimos de PC para o conceito pretendido pelo PG. Não é recomendável a existência de DP sem produção científico-tecnológica de qualidade nos últimos quatro anos ou com PI que se mostre incompatível com as exigências de credenciamento do próprio curso.

É esperada uma distribuição equilibrada dessa produção entre os DP, particularmente em cursos de menor dimensão, em que um único DP pode representar um grande percentual de todo o corpo docente. A presença de alguns DP com maior produção, seja em quantidade ou

qualidade, não exige os demais integrantes do corpo docente de mostrar produção e qualificação. Entretanto, o corpo docente poderá apresentar um ou mais DP com produção muito acima da média do curso, o que não pode ser considerado como fator negativo.

Os docentes devem comprovar produção técnico científica de qualidade, compatível com a proposta e relacionada com a área do curso. Serão considerados: publicação de artigos completos em periódicos, livros e capítulos de livros, participações em congressos, processos e protocolos de relevância e impacto na área, registros de patentes e *softwares*. A qualidade da PI será avaliada verificando a sua aplicabilidade, interface com a comunidade e seu impacto social, político e econômico.

A Medicina III também valorizará patentes, particularizando suas diferentes etapas: Depósito, Concessão e Licenciamento, conforme detalhado pelo PPG. Deverá haver descrição do número do registro, título, nome dos inventores (responsável e colaboradores), do impacto (publicação internacional da patente e repercussão social, política, econômica e/ou científico tecnológica) para a comunidade e sociedade.

A modalidade MP apresenta grande aplicabilidade na Medicina III e tem sido motivo de várias discussões durante os Seminários de Acompanhamento e as diversas reuniões promovidas pela Área. Embora tenha ocorrido um aumento da abertura de cursos de MP, a demanda por novos cursos na Área ainda é pequena e revela falta de conhecimento do que seja um MP, mostrando haver necessidade de maior entendimento do perfil do aluno a ser formado e do produto científico-tecnológico resultante, maior indução e proposição na Área.

## 5. INFRAESTRUTURA DE ENSINO E PESQUISA

**Recomendações específicas sobre o comprometimento institucional para a implantação e o êxito do curso novo (ex.: biblioteca, acesso à Internet, laboratórios etc.).**

Ao propor a criação de um MP é fundamental que a instituição viabilize as condições de acesso de docentes e discentes à literatura relevante, tanto em bibliotecas quanto em bases de dados eletrônicas. Os laboratórios, equipamentos e outras instalações especiais requeridas pelas atividades do corpo docente devem estar assegurados dentro de padrões satisfatórios.

Além de salas de aula, a Instituição deve garantir, também, a existência de espaços diversificados para docentes e discentes, compatíveis com as necessidades específicas do curso. Diferenciar infraestrutura multiuso e própria do curso proposto.

Deve haver indicativos claros de forte apoio institucional, com plano de investimentos e contratações, além de fontes de financiamento e de um plano de modernização/expansão dos laboratórios e do parque instrumental.

A proposta deve vir acompanhada de documentos institucionais que comprovem que ela foi avaliada e aprovada pelas instâncias competentes no âmbito da Instituição, assegurando o apoio necessário para a implementação e consolidação do curso.

É desejável que as ações e fomentos sejam diversificados, não se limitando à infraestrutura física e material, mas incorporando políticas que assegurem a dedicação do corpo docente às atividades na PG.

## 6. OUTRAS RECOMENDAÇÕES

No planejamento estratégico deve estar claramente definida a política de contratação/renovação do corpo docente, considerando-se a melhoria e modernização das LACT além de PI com um mínimo de qualidade de acordo com o conceito pretendido.

As propostas são avaliadas globalmente, observando-se o atendimento às exigências para cada um de seus elementos: os objetivos, a concepção sobre a formação a ser oferecida, a base para a produção científico-tecnológica, a estrutura curricular, a qualificação e experiência do corpo docente e as condições institucionais.

É desejável a indicação de uma demanda regional que assegure a existência de um fluxo regular de alunos ao curso.

É importante que a proposta de um curso novo reflita a realidade de produção científica, técnica e de inovação tecnológica, e a organização acadêmica dos seus participantes (em particular, do corpo docente permanente).

As orientações contidas neste documento se referem a propostas de mestrado profissionais. O documento considera a legislação e regulamentação vigentes e que podem ser consultadas na página da Capes, a qual orienta a submissão de propostas de cursos novos.

## 7. INSERÇÃO SOCIAL

Considerar o papel que o curso desenvolve na própria região, no país e fora do país, em termos de formação de pessoas qualificadas e no desenvolvimento da pesquisa científico tecnológica.

Levar em conta as interações que o DP mantém com seus congêneres e outros centros de ensino e pesquisa da área e suas contribuições para o desenvolvimento acadêmico e tecnológico, regional e nacional.

Considerar o corpo docente com *link* ao currículo Lattes; estrutura curricular voltada ao

*stricto sensu*, com ementa das disciplinas, responsáveis e referências; critérios de seleção do corpo docente e discente; publicações e patentes listadas; detalhamento da orientação dos alunos IC, da RM, TCC, Mestres e/ou Doutores; parcerias; captação de recursos; integrações nacionais e internacionais.

As orientações contidas neste documento se referem a propostas de MP. O documento considera a legislação e regulamentação vigentes e que podem ser consultadas na página da Capes, a qual orienta a submissão de propostas de cursos novos.